

Ata três

**Reunião do Conselho Geral
da Universidade de Lisboa**

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, decorreu uma reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa (CG), na Sala do Senado, sita na Reitoria.

A reunião foi presidida pelo Engenheiro Carlos Pina e estiveram presentes os membros que constam da lista em anexo à presente ata. Participou, ainda, via Zoom, a Conselheira Sandra Monteiro.

Em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), o Reitor, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, esteve também presente.

O Presidente do CG designou o Conselheiro Jorge Maia Alves para o coadjuvar na preparação da ata da presente reunião, nos termos do nº 2 do artigo 10º do Regimento do CG.

Verificada a existência de quórum, deu-se início à reunião, em conformidade com a ordem de trabalhos constante da convocatória enviada a todos os membros do CG e a documentação remetida pelo Presidente:

1. Informações Gerais;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Informações sobre a atividade na ULisboa;
4. Fixação do valor das propinas - 2023-2024;
5. Deliberação sobre a participação da Universidade de Lisboa no GIMM (fusão do IMM com o IGC);
6. Eleição de novos membros das Comissões do CG;
7. Divulgação das Atas do CG.

Ponto um – Informações Gerais:

Dando início aos trabalhos, o Presidente do CG deu as boas-vindas a todos os Conselheiros presentes, em especial aos novos Conselheiros, representantes dos estudantes, Miguel Afonso, Diogo Pereira, Leonor Matos, Margarida Azevedo, Diogo Leite e Duarte Mihuta, bem como ao Conselheiro Luís Curral, que substituiu o Conselheiro Miguel Teixeira de Sousa. Informou ainda que a Conselheira Filipa Serpa tinha apresentado um pedido de renúncia ao mandato, devido ao facto de ter aceitado o lugar de Vice-Presidente do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. A sua substituição efetivar-se-á em próxima reunião.

O Presidente do CG comunicou o pré-agendamento da próxima reunião para o dia vinte de julho, às dezassete horas e referiu que tinha enviado a todos os Conselheiros dois documentos preparados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento em que se faz uma análise sobre o perfil dos estudantes que ingressaram na ULisboa. Por fim, o Presidente do CG deu nota de que existem pedidos de várias Escolas relativamente a alterações dos seus mapas de pessoal, aproveitando para informar os novos conselheiros da



anterior deliberação do CG de delegar na sua presidência a aprovação de eventuais pedidos de alteração dos mapas de pessoal, após aprovação do Reitor, se nenhum conselheiro solicitar o seu agendamento para uma reunião deste Conselho.

Ponto dois - Aprovação da ata da reunião anterior

Depois de referir que tinham sido introduzidos no texto todos os contributos recebidos, incluindo os dos Conselheiros estudantes que entretanto foram substituídos, o Presidente do CG procedeu à votação, tendo a ata sido aprovada por unanimidade dos membros presentes na citada reunião.

Ponto três – Informações sobre a atividade na ULisboa

O Presidente do CG deu a palavra ao Reitor que, após cumprimentar todos os conselheiros, em particular, os que agora iniciaram o seu mandato, passou a dar algumas informações sobre a Universidade, nomeadamente: **i)** Foi criada pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior uma Comissão presidida pelo Professor Alberto Amaral, para promover a revisão do RJES, tendo-se realizado várias reuniões nesse contexto. O CRUP, bem como a ULisboa, através do Conselho Coordenador Universitário (CCU), têm apresentado vários contributos. Neste contexto, informou que a ULisboa pretende continuar a ser uma universidade pública, desejando no entanto ver a sua autonomia reforçada, tendo em conta o disposto, quer no decreto fundador da ULisboa, na Constituição e na Lei de Bases da Educação, quer no próprio RJES. Quanto ao financiamento, a ULisboa defende ser necessário melhorar a fórmula do financiamento; **ii)** Avaliação institucional das universidades – está a decorrer uma avaliação da ULisboa. Existe um grupo de trabalho com representantes de todas as Escolas, estando a ser ultimado um documento para ser entregue até 30 de junho, bem como a apresentação de um plano estratégico da ULisboa, que irá ser submetido a aprovação pelo Senado, no início de julho, sendo, posteriormente, sujeito a discussão e aprovação pelo CG; **iii)** PRR – Impulso Adulto está a decorrer muito bem, ao passo que o Impulso Jovem apresenta algumas dificuldades; **iv)** A execução de algumas obras está com algum atraso no que se refere ao edifício da Faculdade de Letras, ao equipamento do Pavilhão de Portugal, bem como à intervenção no Convento de São Francisco, cujo licenciamento camarário foi tratado há dois anos, estando ainda a CML a solicitar mais dados. Informou ainda que é expectável que, em setembro, a residência universitária da Praça Central deverá já albergar cerca de trezentos estudantes; **v)** Eficiência energética: foram solicitadas algumas informações suplementares, aguardando-se que a ULisboa consiga receber a verba total de 14 milhões de euros, tendo já sido atribuídos 10 milhões (aquisição de painéis fotovoltaicos, vidros duplos e iluminação LED); **vi)** Reforço das verbas PRR: o Primeiro-Ministro anunciou recentemente o reforço destas verbas que será dirigido aos Programas Impulso e à construção de residências e foram também lançadas novas medidas como a *Ciência + Digital* e *Ciência + Capacitação*; **vii)** Está a decorrer um concurso, no valor de seiscentos mil euros para promoção do sucesso e da prevenção do abandono escolar, no contexto da ULisboa; **viii)** A ULisboa fez sentir ao Governo que precisava de um reforço orçamental, atendendo ao

facto de as recentes alterações legislativas relativas aos aumentos salariais representarem um acréscimo de quinze milhões de euros; **ix)** Estão a ser promovidas algumas iniciativas no âmbito da Comemoração dos 10 anos da ULisboa - em julho, nomeadamente: uma temporada de música, o 22.º Teatro FATAL que difundiu muitos espetáculos por Lisboa, obra escultórica para referenciar a data realizada por um professor da FBA e um professor da FA; exposição *Mirabilia "Coisas Admiráveis"* com objetos que cada Escola, incluindo os Museus e o SAS, que se pretende que possa simbolizar a sua atividade científica, cultural ou documental; **x)** Realizam-se no dia 27 de junho as Jornadas Científicas da ULisboa, tendo como mote a Ciência Aberta; **xi)** Concurso Três Minutos de Tese: ultrapassou muito as expectativas com cento e sessenta candidaturas; **xii)** Jornadas Pedagógicas, realizam-se no dia 3 de outubro; **xiii)** Foi elaborado o Regulamento do Prémio de Inovação Pedagógica visando o pessoal docente; **xiv)** Formação pedagógica para docentes em início de carreira: face ao sucesso desta formação, será realizada uma 2ª edição, a decorrer em setembro; **xv)** Inquéritos à saúde mental dos docentes serão realizados a partir da 1ª semana de julho; **xvi)** Concluíram-se as obras na reitoria relativas à recuperação dos painéis do Almada Negreiros.

Por último, foram abordados pelo Senhor Reitor dois dos trabalhos desenvolvidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento da Reitoria, entretanto, enviados aos conselheiros, sobre o perfil dos estudantes interessados em ingressar na ULisboa.

A seguir, foram feitas intervenções pelos Conselheiros Carlos Mota Soares, Luísa Schmidt, Ana Ricardo, Diogo Ferreira Leite, Jorge Maia Alves, Eduardo Vera-Cruz Pinto e Sandra Monteiro genericamente sobre a questão dos investigadores com contrato a termo certo, tendo sido solicitado que ficasse exarado em ata o texto lido pela Conselheira Ana Ricardo: *A comunidade de investigadores da Universidade Lisboa, que se encontram na sua esmagadora maioria contratados a termo, está, atualmente, a atravessar mais um pico na já grande incerteza da sua vida profissional. Muitos investigadores, com contratos em funções públicas a termo resolutivo certo, estão a chegar ao quinto ano dos seus contratos. Circulam por diversos fóruns rumores de que a Universidade de Lisboa ou as suas Escolas, se preparam para, de forma generalizada, rescindir os contratos no final do 5º ano a fim de impedir a necessidade de abertura de concursos para a carreira tal como previsto na Lei 57/2017, ou seja até 6 meses antes do final do período contratual de 6 anos. Além de não ser compreensível que uma Universidade que se quer uma Research University dispense a possibilidade de contratar investigadores, esta prática será ilegal já que a não renovação exige uma avaliação desfavorável do trabalho do investigador. Será no mínimo estranho que todos os investigadores da Ulisboa nesta situação apresentem maus resultados apenas na última avaliação. Um caso recente no IST mostrou que nem sempre as Escolas se fazem pautar pelo cumprimento da lei. Sem avaliação desfavorável e sem qualquer aviso prévio, que devia ter sido de 90 dias, um investigador recebeu em mãos uma carta de despedimento no último dia do 4º ano do seu contrato. Apesar da angústia que o tomou de assalto, procurou, nos dias seguintes, apoio jurídico e a situação foi revertida tendo o seu contrato sido prolongado por mais um ano. Ficou, contudo, para o próprio e para a restante comunidade, a mensagem de que nem sempre o cumprimento da lei será a regra e de que, mesmo ao fim de 15/20 anos*



de dedicação à instituição, não se pode esperar qualquer ato de humanismo e sensibilidade para com a vida dos trabalhadores.

Naturalmente que reconheço o crónico problema da falta de financiamento adequado das Instituições de Ensino Superior e ainda mais crónico financiamento para a Ciência. Mas que sentido terá, em nome de um ato de prudência, ir contra uma Lei para evitar o cumprimento dessa mesma Lei? Não será mais fácil advogar pelo aumento das dotações do Orçamento de Estado com a justificação das necessidades impostas legislativamente? Certamente é mais fácil transferir o problema para os mais desprotegidos! Não virá toda a Universidade de Lisboa, no futuro, a ser penalizada por este tipo de modus operandi?

Tendo recebido contactos de investigadores indicando que as direções das suas unidades orgânicas haviam informado que tal prática, a não renovação do 5º para o 6º ano, teria presumivelmente sido sugerida pela Reitoria com base na ausência de garantia de financiamento dos novos postos de trabalho. Tenho sérias dúvidas que tal possa ser verdade, mas não podia deixar de lhe perguntar, Senhor Reitor, se existem alguma orientação da Reitoria ou do Conselho de Coordenação Universitária sobre este problema. E no seu papel de dirigente máximo da Universidade, como classifica estas práticas ou intenções, no caso do IST já aconteceu? Considera que a dificuldade é exclusivamente financeira? O que poderemos fazer enquanto Órgão de decisão estratégica para pressionar o Governo a garantir o financiamento necessário para o cumprimento da Lei 57/2017?

Interveio o Conselheiro Jorge Maia Alves defendendo que este tema é demasiado complexo para ser discutido no âmbito de um ponto de Informações, uma vez que requer uma análise cuidada que tenha em conta, não só os problemas humanos dos intervenientes envolvidos nestes processos, como também questões relevantes de fundo, como o tema da existência nas IES de duas carreiras paralelas (investigação e docência), que, na sua opinião, não faz qualquer sentido, a quase inexistência de financiamento não competitivo nas IES para a área da investigação, ou mesmo, uma análise objetiva das necessidades de formação de doutorados em função da realidade do mercado de trabalho real a que podem ter acesso que, infelizmente, não inclui ainda uma grande contribuição do tecido empresarial, sem a qual se corre o risco de estar a formar doutorados em excesso por manifesta incapacidade de os integrar na totalidade nas IES.

Interveio igualmente o Conselheiro José João Guilherme, referindo-se ao facto de já ter tentado contratar doutorados para um lugar de direção de uma empresa industrial, tendo ficado com a ideia de que essas pessoas estavam acomodadas ao seu lugar de investigador. Salientou ainda que, da parte da indústria e das empresas, há abertura para contratar pessoas doutoradas. O estranho, comentou o Conselheiro, é o facto de aqueles investigadores não terem aceite o lugar, comungando da opinião do Conselheiro Jorge Maia Alves de que, eventualmente, estar-se-ão a criar doutorados a mais, cujo único fito é viver o resto da vida na universidade. *“É uma interrogação que deixo e que solicito que fique exarado em ata”.*

Concordando com as opiniões expressas, o Reitor referiu que, nos países do Norte da Europa, 60% dos doutorados estão no tecido produtivo. Em Portugal, esse número está nos 6 %, o que mostra o caminho enorme a percorrer.

O Presidente do CG, face ao teor das intervenções, disse que ponderaria incluir este assunto numa próxima reunião.

Ponto quatro – Fixação do valor das propinas - 2023-2024

O Presidente do CG passou a palavra ao Senhor Reitor que referiu que a proposta apresentada reflete que os valores das propinas para o próximo ano letivo se mantenham iguais às do ano letivo transato.

Suscitada uma dúvida por alguns conselheiros, relativamente a 4 cursos do Instituto Superior de Agronomia (ISA), que apresentam uma descida nos seus valores anuais, foi sugerido que se votasse a proposta apresentada com todos os valores iguais aos do ano passado ou com as descidas nos referidos cursos do ISA, caso estas alterações se confirmassem após contacto do Reitor com esta Escola.

O Conselheiro Diogo Pereira, manifestou a sua satisfação com a eventual diminuição das propinas, saudando a proposta de não aumento das propinas, embora à custa dos orçamentos das universidades.

O Presidente do CG colocou a votação a proposta de manutenção dos valores das propinas, com a reserva referida, relativamente aos 4 cursos do ISA.

Feita a votação, o resultado apurado foi o seguinte: 14 votos a favor; 4 votos contra e 3 abstenções.

O Conselheiro Miguel Antunes Afonso disse que entregará uma declaração de voto, conjuntamente com os dois colegas que, com ele, votaram contra a proposta, apesar de saudarem o não aumento das propinas.

Posteriormente, devido a dificuldades técnicas no som da videoconferência, a Conselheira Sandra Monteiro, leu a sua declaração de voto: *“Votei contra a proposta relativa à fixação das propinas para 2023-2024 por uma posição de princípio contra a existência de propinas que contrariem ou não assegurem um ensino superior público tendencialmente gratuito. É sempre preferível uma proposta que não prevê aumentos e até prevê algumas reduções, mas por princípio considero que o subfinanciamento crónico do ensino superior público com que as instituições se defrontam há largos anos tem em grande medida como motivo a dependência do financiamento nas propinas. E este modelo é profundamente prejudicial às missões da universidade, do ensino e da investigação, estando na origem da reprodução e do aumento das desigualdades socioeconómicas na sociedade portuguesa (pelas dificuldades que colocam ao acesso à formação), e na origem de graves problemas de autonomia do conhecimento científico e de degradação das condições de trabalho de docentes, investigadores e demais pessoal que trabalha nas universidades. O problema das propinas excede muito o problema dos estudantes: afeta todo o ensino superior e toda a sociedade, e devíamos mobilizar o conselho geral e a universidade para fazer esse combate pelo ensino superior público junto da tutela governativa.”*

Ponto cinco – Deliberação sobre a participação da Universidade de Lisboa no GIMM (fusão do IMM com o IGC) Instituto Gulbenkian da Ciência

O Presidente do CG passou a palavra ao Reitor que explicou que se pretende criar um grande instituto de investigação na área das ciências médicas e biomédicas, cujo nome a adotar será *Instituto Gulbenkian de Medicina Molecular*, ficando centralizado no espaço do HSM. Referiu ainda que falta acertar alguns aspetos, solicitando aos Conselheiros uma aprovação genérica da intenção, sabendo, todavia, que poderão existir pequenas alterações aos estatutos que não serão de fundo, nem de estrutura.

Posta a debate a participação da ULisboa no GIMM, foram feitas várias intervenções, nomeadamente, pelos Conselheiros Miguel Antunes Afonso, Alexandre Miguel Gonçalves, Diogo Pereira e Margarida Azevedo.

A Conselheira Carlota Gonçalves questionou como se articulará o instituto com as várias escolas. *“Podem os investigadores do novo instituto lecionar nas diferentes escolas da Universidade? Poderão os docentes das várias escolas, nomeadamente os da Faculdade de Ciências desfrutar dos laboratórios desse instituto? Poderão esses docentes fazer parte desse instituto? Que sinergias traz esse instituto à Universidade?”*.

Na sua intervenção, o Conselheiro Jorge Maia Alves chamou a atenção para o facto de a propriedade intelectual se encontrar prevista na proposta de articulado (artigo 4.º, n.º 2), não sendo referido o regulamento de propriedade intelectual da ULisboa, facto este que considera importante.

O Conselheiro Eduardo Vera-Cruz Pinto, tomando a palavra, esclareceu que, se ficar clarificado o entendimento do CG, em ata, constituirá uma ajuda na interpretação, sugerindo como redação: *“em relação ao artigo 4.º, n.º 2, alínea e), após a intervenção do Conselheiro Jorge Maia Alves, entendeu-se que a comunidade académica da ULisboa que está sujeita a este regulamento, cumprirá os termos do mesmo”*, mencionando ainda que quem tem a liberdade para aprovar os estatutos é a própria instituição.

O Reitor, face à sugestão apresentada, disse que levantaria essa questão e, em resposta à Conselheira Sandra Monteiro que solicitou esclarecimentos sobre o que seria colocado a votação, sublinhou que o que se pretende é autorização para que a ULisboa faça parte desta nova instituição, sendo certo que, se houver alguma alteração estrutural nos Estatutos, não tomará nenhuma posição sem voltar ao CG.

Pedindo a palavra, o Conselheiro Jorge Maia Alves disse que a participação da ULisboa em qualquer instituição privada carece de autorização do CG e que não compete a este órgão aprovar os estatutos da futura instituição a criar.

O Conselheiro José João Guilherme resumiu a sua posição no que considera estar em discussão: 1) As entidades envolvidas são idóneas – ULisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Francisco Manuel dos Santos, IMM pelo que a possibilidade de a ULisboa se juntar a estas entidades para criar um Instituto de medicina molecular com massa crítica é altamente louvável; 2) por outro lado, manifestou a sua confiança no reitor e na equipa reitoral para representar a ULisboa aquando da negociação dos estatutos.

Para a Conselheira Sandra Monteiro, a questão não tem a ver com confiança, mas com diferentes leituras sobre algumas das entidades envolvidas. Sublinhou que não se trata de confiança ou de boa-fé no Reitor, mas da possibilidade de leituras diferentes que se pode fazer de estatutos, de formas de financiamento, de parceiros, dando nota de que, por esta razão, votará contra.

O Presidente do CG colocou a votação a autorização para que a ULisboa faça parte da nova instituição, GIMM, que resultará da fusão do IMM com o IGC.

Feita a votação, o resultado apurado foi o seguinte: 17 votos a favor; 2 votos contra e 1 abstenção.

Ponto seis – Eleição de novos membros das Comissões do CG

Quanto a este ponto, o Presidente do CG recordou, em especial para os novos conselheiros, que tinham sido criadas três comissões no seio do CG (Comissão da Autoavaliação da ULisboa; Comissão da Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar e Comissão para a revisão estatutária e regulamentar da ULisboa), podendo, cada uma, integrar dois estudantes. Disse ainda que lhes enviará a proposta que foi aprovada com a constituição das Comissões e o seu mandato, solicitando que remetam, para decisão na próxima reunião, uma proposta com indicação dos nomes dos estudantes a integrar as referidas comissões.

Quanto aos outros corpos representados no CG, ter-se-á de proceder à substituição dos elementos que renunciaram ao mandato ou saíram por aposentação. Assim, relativamente ao Prof. Doutor João Azevedo (Comissão da Sustentabilidade), o Presidente do CG disse ter recebido uma proposta indicando a Conselheira Margarida Espanha para integrar a citada Comissão. O CG deliberou, por unanimidade, aprovar esta proposta.

Relativamente ao Prof. Miguel Teixeira de Sousa (presidente da Comissão para revisão estatutária e regulamentar da ULisboa) o Presidente do CG anunciou que a proposta recebida propõe que seja o Conselheiro Luís Curral a integrar aquela Comissão. O CG deliberou, por unanimidade, aprovar esta proposta.

No tocante à presidência desta última Comissão foi colocada a votação secreta os nomes das duas propostas apresentadas: Conselheiro Luís Curral (proposta do Conselheiro Jorge Maia Alves) e Conselheiro Paulo Granjo (proposta do Conselheiro Carlos Mota Soares).

Posto a votação, o Conselheiro Paulo Granjo, obteve 4 votos a favor e o Conselheiro Luis Curral obteve 13 votos a favor, tendo sido registados 3 votos em branco. Face aos resultados apurados, foi nomeado o Conselheiro Luis Curral para presidente da Comissão para a revisão estatutária e regulamentar da ULisboa.

Seguidamente, o Conselheiro Luís Curral tomou a palavra dizendo ser uma honra integrar o CG e que agendará, para breve, uma reunião para início dos trabalhos.

Ponto sete – Divulgação das Atas do CG

O Presidente do CG recordou que a questão da divulgação das atas tinha sido levantada num parecer da Entidade de Proteção de Dados que aconselhava que as atas só fossem disponibilizadas à comunidade

académica da ULisboa. Lembrou que, numa reunião do CG realizada no IST, no ano passado, foi deliberado manter a situação atual e adiar a decisão definitiva sobre o assunto para permitir a eventual recolha de mais informação jurídica que, de alguma forma, sustentasse a necessidade de alteração da prática existente desde a criação da ULisboa que é a divulgação pública das atas no *site* da ULisboa.

Não tendo tido conhecimento de novas informações e para colocar um ponto final no assunto, o Presidente do CG apresentou uma proposta no sentido de o CG deliberar manter a situação atual, isto é, as atas são colocadas no *site* da ULisboa e são de acesso universal, existindo o cuidado de expurgar informação/documentação de natureza sensível e pessoal.

Depois das intervenções dos Conselheiros Margarida Espanha e Eduardo Vera-Cruz Pinto, o Presidente do CG passou à votação, tendo a proposta sido aprovada, por maioria, com uma abstenção.

Antes de terminar a sessão, o Presidente do CG deu a palavra ao Senhor Reitor para, em breves notas, falar do repto lançado pela Conselheira Cristina Branquinho sobre a atividade e missão dos Museus e do Jardim Botânico.

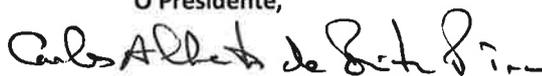
Por fim, numa curta nota, a conselheira Luisa Schmidt solicitou que se realizasse em breve uma sessão especial do Conselho Geral sobre a questão dos investigadores com contrato a termo certo, dada a urgência da situação em que se encontram.

O Presidente do CG concluiu a reunião, renovando os agradecimentos aos Conselheiros pelas suas intervenções, bem como ao Reitor.

Os documentos acima mencionados ficam arquivados em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião às vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, cujo projeto, nos termos do n.º 3 do artigo 10º do Regimento do Conselho Geral em vigor, será divulgado por todos, via correio eletrónico, para que se pronunciem sobre o teor da mesma com vista à sua aprovação na próxima reunião.

O Presidente,



Eng.º Carlos Alberto Brito Pina

O Conselheiro,



Professor Jorge Maia Alves

Declaração de Voto

Apresentada a proposta de fixação dos valores das propinas para o ano letivo de 2023/2024 e tendo a mesma sido aprovada pelo Conselho Geral da Universidade de Lisboa, cabe a presente declaração explicitar a orientação e o sentido do voto dos seus signatários.

Fiéis ao que sabemos serem as reais necessidades dos estudantes e conscientes da confiança depositada nas premissas eleitorais apresentadas à comunidade estudantil, não nos é permitido contribuir para a aprovação de um documento que se assume contrário aos desígnios por nós defendidos e representados.

Por um lado, e tendo por base a atual situação orçamental das Instituições de Ensino Superior em Portugal, não podemos votar favoravelmente uma proposta que assume a propina como mecanismo de financiamento das nossas instituições. Ao fazê-lo estamos, no nosso entender, a compactuar com a opção política que, nos últimos anos, se traduz no sub-financiamento do Ensino Superior em Portugal. Do mesmo modo, e conscientes dos efeitos nefastos da crise económico-financeira que a todos nos afeta, sem exceção, a manutenção dos valores de propina para o 2.º e 3.º ciclos de estudos perpetua as dificuldades sentidas por todos os nossos estudantes, nacionais e internacionais: realidade com a qual jamais podemos compactuar, por uma questão de princípio.

Por outro lado, a proposta apresentada ao Conselho Geral, continua a prever uma falta de uniformização evidente entre valores de propinas em cursos que, do ponto de vista do seu real custo e despesa representativa, se encontram no mesmo patamar. Conscientes da necessidade de garantir a igualdade dos estudantes na nossa Universidade no acesso aos diferentes ciclos de estudos, constatamos que os valores apresentados continuam a promover a disparidade e desproporção do valor das propinas entre cursos que, à partida, se assumem próximos na despesa que representam.

Os estudantes da Universidade de Lisboa têm os mesmos direitos e deveres perante a grande instituição que os acolhe, não podendo ser confrontados com realidades de propina diferentes perante cursos em tudo semelhantes.



Pelos motivos supra explanados, votamos contra a proposta de Fixação dos Valores das Propinas para o Ano Letivo 2023/24.

Os Conselheiros Gerais,

Miguel de Sousa Antunes Afonso
Leonor Neves Lopes Ramos de Matos
Diogo Manuel Martins Parreira Ferreira Leite

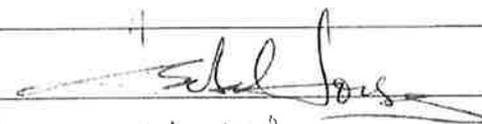
CONSELHO GERAL

Lista de Presenças

15 junho 2023

Presidente	Assinatura
Prof. Doutor Carlos Alberto Brito Pina	
Membros Cooptados	Assinatura
Doutora Ana Margarida da Costa Ricardo	
Prof. Doutor Carlos Alberto Mota Soares	
Profª. Doutora Cristina Branca Bento de Matos Soeiro	
Engª. Cristina Neves Fonseca	
Doutor Frederico José da Silva da Gama Carvalho	
Dr. José João Guilherme	
Arq. Maria Teresa Mourão de Almeida	
Dra. Sandra Amaral Monteiro	
Docentes e investigadores	Assinatura
Profª. Doutora Cristina Maria Branquinho	
Prof. Doutor Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	
Prof. Doutor Manuel Fernando Mira Godinho	
Doutora Ana Isabel Faria Ribeiro	
Prof. Doutor Rui António Rocha Tato Marinho	
Profª Doutora Maria Carlota da Rocha Xavier Rebelo Gonçalves	
Prof. Doutor Jorge Augusto Mendes de Maia Alves	
Doutora Luísa de Carvalho de Albuquerque Schmidt	

Profª Doutora Isabel Maria Nunes de Sousa



Profª Doutora Ana Bela Ferreira Cruzeiro

Justiça

Prof. Doutor Paulo António Firme Martins

Paulo Firme

Doutor Paulo Jorge Granjo Simões

Just.

Profª. Doutora Maria do Rosário Lourenço Grossinho

Just.

Prof. Doutor Luis Pires Lopes

Just

Profª. Doutor Carlos Alberto Marques Gouveia

Just

Profª Doutora Maria Margarida Espanha Marques Rebelo Espanha

MES, parley.

Prof. Doutor Luis Alberto Curral

Lic

Estudantes

Assinatura

Miguel de Sousa Antunes Afonso

Miguel de Sousa Afonso

Diogo Filipe Geraldo Pereira



Leonor Neves Lopes Ramos de Matos

Leonor Ramos

Margarida Nunes Azevedo

Margarida Azevedo

Diogo Manuel Martins Parreira Ferreira Leite



Duarte Mihuta

Duarte Mihuta

Funcionários não docentes

Assinatura

Alexandre Miguel Vaz Gonçalves

